



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Contratação de empresa de especializada para demolição da arquibancada do estadio municipal.

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade da presente contratação decorre da situação atual da arquibancada existente no Estádio Municipal do Município de Ubatuba/SP, a qual apresenta condições estruturais que comprometem a segurança dos usuários e a adequada utilização do equipamento público. A edificação, destinada à recepção de público em eventos esportivos e atividades comunitárias, encontra-se incompatível com os padrões mínimos de segurança, funcionalidade e conservação exigidos para edificações de uso coletivo, demandando intervenção imediata por parte da Administração Pública Municipal.

A permanência da arquibancada nas condições atuais representa risco potencial à integridade física de munícipes, atletas, servidores e demais frequentadores do estádio. A utilização de estruturas comprometidas expõe o Município a situações de acidentes, interdições emergenciais e prejuízos à prestação do serviço público, além de contrariar os princípios da prevenção, da eficiência e da responsabilidade administrativa. Dessa forma, a demolição controlada da arquibancada torna-se medida necessária para eliminar riscos e restabelecer condições seguras de uso do espaço público.

Do ponto de vista administrativo, a situação impacta diretamente a oferta de serviços públicos ligados ao esporte, ao lazer e à promoção social, áreas que possuem relevância estratégica para o Município de Ubatuba, especialmente em função de sua vocação turística e da intensa utilização de equipamentos esportivos por projetos sociais, escolas, associações e eventos institucionais. A impossibilidade de utilização plena do estádio limita a capacidade do Poder Público de atender a essas demandas, gerando prejuízo direto à coletividade.

A solução proposta — contratação de empresa especializada para execução dos serviços de demolição — atende ao interesse público ao permitir a adequada requalificação do espaço, assegurando que futuras intervenções ou reorganizações do equipamento público ocorram sobre uma base estrutural segura e tecnicamente adequada. A demolição é etapa indispensável para viabilizar a reorganização do estádio conforme critérios atuais de segurança, acessibilidade e funcionalidade, alinhados às normas técnicas vigentes.

Ressalta-se que os serviços de demolição possuem natureza técnica especializada, exigindo planejamento específico, mão de obra qualificada, equipamentos apropriados, controle ambiental e rigoroso atendimento às normas de



segurança do trabalho. A execução direta pela Administração não se mostra adequada, seja pela ausência de estrutura operacional compatível, seja pelo risco elevado associado a esse tipo de intervenção. Assim, a contratação de empresa especializada assegura maior controle técnico, mitigação de riscos e melhor relação custo-benefício para o Município.

Por fim, a contratação pretendida está em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à eficiência, à economicidade, ao planejamento e à busca da solução mais vantajosa para a Administração Pública. Ao promover a demolição da arquibancada em condições inadequadas, o Município de Ubatuba preserva o interesse público, protege o patrimônio coletivo e cria condições para a adequada utilização e gestão de um equipamento público essencial à população.

II – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A atual contratação está alinhada com o Planejamento da Administração, porém não foi inserido no Plano de Contratação Anual (PCA) de 2026, visto que, o mesmo não foi publicado em tempo hábil. No entanto, o recurso para a contratação consta no planejamento orçamentário do ano vigente, comprovando a viabilidade de sua contratação.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para a demolição da arquibancada do Estádio Municipal de Ubatuba/SP exige o estabelecimento de requisitos técnicos e operacionais mínimos que assegurem a execução adequada do objeto, em conformidade com as normas legais, técnicas e de segurança aplicáveis. Considerando tratar-se de edificação pública destinada ao uso coletivo, a intervenção deve ser planejada de forma criteriosa, com foco na mitigação de riscos, no controle ambiental e na preservação das estruturas remanescentes do entorno.

Como condição técnica mínima, a empresa contratada deverá comprovar capacidade para executar serviços de demolição controlada em edificações de porte similar, utilizando métodos compatíveis com a tipologia estrutural da arquibancada. A execução deverá contemplar planejamento prévio, isolamento da área, definição de sequência de demolição, controle de vibrações, poeira e resíduos, bem como proteção das áreas adjacentes, considerando a inserção do estádio em zona urbana e a proximidade com vias públicas e equipamentos municipais.

Do ponto de vista operacional, a contratada deverá dispor de equipamentos adequados à natureza do serviço, tais como máquinas de pequeno e médio porte, ferramentas manuais e mecanizadas, sistemas de contenção de particulados e meios apropriados para carga, transporte e destinação final dos resíduos. Em municípios



como Ubatuba, onde a logística urbana e ambiental demanda atenção especial, é imprescindível que a empresa possua capacidade operacional compatível com restrições de acesso, circulação e horários de execução definidos pela Administração.

A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas técnicas vigentes, em especial aquelas relacionadas à segurança do trabalho, à gestão de resíduos da construção civil e à proteção do meio ambiente. Será exigido o cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, com destaque para a NR-01, NR-06, NR-18 e NR-35, bem como a adoção de medidas preventivas que reduzam riscos a trabalhadores, servidores públicos e à população do entorno.

Quanto à qualificação técnica operacional, a empresa deverá comprovar, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, a execução anterior de serviços de demolição de estruturas em concreto ou edificações de uso coletivo, compatíveis em características e complexidade com o objeto pretendido. Tal exigência se justifica pela necessidade de assegurar que a contratada possua experiência prática suficiente para conduzir a intervenção com segurança e eficiência.

No que se refere à qualificação técnica profissional, a empresa deverá manter em seu quadro permanente ou mediante vínculo formal profissional legalmente habilitado, com registro ativo no respectivo conselho de classe, responsável técnico pelos serviços. Esse profissional deverá possuir atribuições compatíveis com atividades de demolição e gerenciamento de obras, sendo responsável pelo planejamento, acompanhamento e orientação técnica da execução, bem como pela emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica.

Adicionalmente, será exigida a apresentação de plano de demolição e de gerenciamento de resíduos, contendo descrição dos métodos construtivos a serem empregados, cronograma físico das atividades, medidas de segurança, estratégias de segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados. Esse requisito é fundamental para garantir previsibilidade à Administração e reduzir impactos negativos ao entorno urbano e ambiental do município.

Considerando as características administrativas e operacionais de um município de pequeno ou médio porte, os requisitos estabelecidos devem equilibrar rigor técnico e competitividade, evitando exigências excessivas que restrinjam indevidamente a participação de empresas aptas. Ao mesmo tempo, devem assegurar que apenas empresas com capacidade comprovada e estrutura mínima adequada sejam contratadas, preservando o interesse público e a boa execução do objeto.

Por fim, os requisitos da contratação estão fundamentados nos princípios do planejamento, da eficiência, da segurança e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021. A adequada definição dessas condições contribui para a mitigação de riscos contratuais, a execução regular dos serviços e a proteção do patrimônio público municipal, garantindo que a



demolição da arquibancada seja realizada de forma técnica, segura e alinhada às necessidades do Município de Ubatuba.

A exigência de apresentação de licença ambiental válida por parte da empresa vencedora da contratação mostra-se necessária em razão da natureza do objeto, que envolve a demolição de estrutura de arquibancada e, conseqüentemente, a geração significativa de resíduos da construção civil. Tal medida visa assegurar que a destinação final desses resíduos ocorra em local devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

A adoção dessa exigência tem por finalidade mitigar riscos ambientais, administrativos e jurídicos para a Administração Pública, garantindo que todas as etapas relacionadas ao transporte, tratamento e depósito dos resíduos sejam realizadas de forma ambientalmente adequada. Ademais, a medida reforça o compromisso institucional com a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental e o atendimento aos princípios da legalidade, da prevenção e do interesse público.

Certificado de registro (pessoa jurídica): comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

Certificado de registro (pessoa física): comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de todos os profissionais técnicos que participarão na condução dos serviços contratados, devendo constar no mínimo um Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista.

Capacidade operacional (pessoa jurídica): atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência da empresa/consórcio licitante em atividades compatíveis com o objeto licitado, devendo conter no mínimo (admitindo-se a soma de atestados):

ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	QTD TOTAL	QTD MÍN ATESTADA
01	Demolição mecanizada de concreto armado, inclusive fragmentação, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	M3	499,82	240,00

Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação da (s) certidão (ões) e/ou atestado (s):

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados e quantitativos.



Capacidade profissional (pessoa física): certidão de acervo técnico (CAT) e Certificado de Acervo Operacional – CAO, do responsável técnico da licitante (devidamente atestado pelo CREA/CAU), que comprove execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado, devendo conter no mínimo:

ITENS	DESCRIÇÃO
01	Demolição mecanizada de concreto armado, inclusive fragmentação, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento

Vínculo Empregatício: Apresentar comprovação de vínculo empregatício de cada profissional técnico que participará da condução dos serviços contratados.

a) A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(ais) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais) ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado desde que acompanhada da anuência deste;

b) Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;

c) Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas. 2.5

Obrigações da contratada:

Assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se, ainda, por qualquer dano ocorrido em decorrência da má realização destes serviços, causados tanto ao CONTRATANTE como a terceiros, desde que a responsabilidade lhe seja imputável;

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;

Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;

Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, greves, faltas ao serviço e demissões, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

Substituir o seu preposto que estiver trabalhando em desacordo com o interesse dos serviços e, por este motivo, for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE;



Executar os serviços de acordo com o estabelecido no contrato e seus anexos;

Respeitar os prazos previstos no cronograma físico-financeiro;

Manter atualizado o endereço do correio eletrônico;

Disponibilizar as ferramentas e os materiais necessários à realização dos serviços;

Manter projetos, cadernos de encargos, memoriais descritivos, ART's, alvarás e qualquer licença e/ou autorização, presente no canteiro de obras e que seja de fácil acesso para a fiscalização de obras e contratos;

Responsabilizar-se por todo o custo despendido do fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, bem como as obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, até o recebimento definitivo do objeto;

Responder pelo custo dos serviços, ora contratados, contemplando salários de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

Arcar com toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista e previdenciária decorrente de acidente de trabalho, eximindo a CONTRATANTE de qualquer ônus;

Adotar critérios de sustentabilidade (ambiental, econômica e social) durante todo o período de execução do objeto;

Providenciar, junto ao CAU/CREA, todas as Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART's/ RRT's) referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, sob pena de retenção de medição; bem como a respectiva CNO;

Cumprir o previsto nos Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive Normas de Concessionárias de Serviços Públicos;

Executar, de maneira precípua, os serviços apresentados no Projeto e Memorial Descritivo, de forma que a obra seja concluída de acordo com as especificações;

Manter profissional técnico devidamente habilitado no CREA/CAU, aceito pela CONTRATANTE, para responder sobre os aspectos inerentes ao objeto e assinar, em nome da empresa CONTRATADA, instruções técnicas e planilhas de medição;

Manter as áreas circundantes à obra totalmente limpas e seguras e observar todas as condições de segurança, higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), incluindo o uso de uniforme;

Retificar todo e qualquer trabalho que não obedeça aos elementos especificados no projeto e demais disposições contratuais, bem como reparos e correções, com desembolso pela CONTRATADA;

Manter técnico devidamente habilitado e capacitado, exclusivamente no local, horário e nos dias de prestação dos serviços, o qual será responsável pela supervisão



e acompanhamento, bem como sanar dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados à execução do objeto;

Fornecer projeto “As Built”, com todas as modificações executadas relativas ao projeto aprovado, caso necessário para concretizar o Termo de Recebimento Definitivo da Obra;

Respeitar e cumprir todas as recomendações estabelecidas nas Licenças Ambientais emitidas pelos órgãos competentes;

Dada a ordem de serviço pela contratante, é obrigatório, por parte da CONTRATADA, a abertura do “Diário de obras”, no modelo fornecido pela CONTRATANTE, mantendo-o devidamente atualizado durante a execução da obra e presente no canteiro de obras que seja de fácil acesso para a fiscalização;

As Normas Regulamentadoras – NRs, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória por parte da empresa vencedora, bem como as demais leis e normas vigentes, em especial a NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e seus desdobramentos;

A Prefeitura Municipal de Ubatuba poderá a critério de seu corpo técnico, determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela empresa vencedora, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A empresa vencedora se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho;

Visando o início dos trabalhos deverão ser tomadas as seguintes providências:
1) A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis, após a contratação, o Plano de Trabalho, contendo: relatório analítico do projeto; planejamento geral das atividades envolvidas no desenvolvimento dos serviços; a relação, as precedências e a duração das atividades; a metodologia construtiva e índice de documentos, então apenas após a apresentação será assinada a Ordem de Serviço autorizando o início das obras; 2) Também deverá conter o cronograma físico-financeiro detalhado dos serviços em arquivo editável;

A Contratada deverá fornecer mensalmente os atestados de qualidade dos materiais e serviços aplicados na execução das obras em questão, atendendo ao recomendado nas Normas Brasileiras, além das normas ambientais vigentes e as exigências de contrato, inclusive executando ensaios referentes às obras e serviços, a fim de comprovar ou confirmar tal qualidade, a critério da Fiscalização;

A Contratada deverá efetuar permanentemente as obras e serviços de controle tecnológico dos materiais, componentes, processos e equipamentos, bem como da qualidade das obras e serviços executados, através de empresa especializada, a ser aprovada pela Fiscalização;



As obras ou serviços executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da Contratada, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Ubatuba, sem implicar alterações do prazo contratual;

Os relatórios de controle tecnológico deverão ser apresentados até a entrega da medição seguinte, sob a pena sofrer as sanções previstas no contrato

Caberá à Contratada integral responsabilidade por quaisquer danos causados à Contratante e a terceiros, durante a execução das obras e serviços, sempre que forem decorrentes de negligência, imperícia ou omissão de sua parte;

Os ensaios e testes, previstos pelas Normas Brasileiras e/ou pelas especificações técnicas/memorial descritivo, deverão ser realizados por empresas especializadas e credenciadas/autorizadas pelo INMETRO, as quais deverão, previamente, ser aprovadas pela Fiscalização da Prefeitura Municipal de Ubatuba. Os ensaios e testes e/ou sua repetição ficarão a cargo exclusivo da Contratada, estando os custos incluídos nos preços propostos para as respectivas obras e serviços, sendo que a não realização dos mesmos, quando necessários ou solicitados pela Fiscalização, propiciará, além da aplicação das multas, a suspensão da medição das obras e serviços correspondentes até a sua regularização.

Para a apreciação e aprovação da empresa indicada para a realização dos ensaios e testes, a Contratada deverá apresentar, no mínimo, os seguintes documentos: Credenciamento/autorização do INMETRO, em vigor; Comprovação, por meio de Atestados Técnicos, da realização dos ensaios e testes compatíveis com todos as obras e serviços objeto do contrato.

Obrigações da contratante:

Promover condições para a execução contratual objeto deste contrato;

Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela CONTRATADA para execução dos serviços;

Publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, em órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Município de Ubatuba, veiculado no site oficial;

Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato;

Designar o fiscal e gestor para acompanhamento do contrato;

Disponibilizar à CONTRATADA todos os dados, projetos, especificações técnicas, licenças e instruções complementares, indispensáveis para a execução do objeto;

Fiscalizar a execução dos serviços, por representante habilitado da CONTRATANTE, a fim de determinar a regularização de serviços previamente



executados em desacordo com o Projeto e Memorial Descritivo aprovado, bem como submeter a autoridade competente, ações que ultrapassem a sua competência;

Analisar, através da Equipe de Fiscalização designada, os Boletins de Medição Mensais emitidos pela CONTRATADA, baseados nas avaliações dos serviços executados, demonstrando quantidades de serviços executados no período, para posterior desembolso por parte da CONTRATANTE, contendo assinatura do responsável técnico da CONTRATADA e fiscal da obra designado pela CONTRATANTE;

Fiscalizar o andamento da obra enfatizando os prazos de execução e marcos contratuais definidos no Cronograma Físico-Financeiro, podendo ser readequado, conforme a necessidade do Município, no decorrer do contrato.

IV – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

Os quantitativos dos serviços correlacionados ao objeto a ser licitado foram obtidos através de Projeto Básico, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra pretendida, possibilitando a elaboração dos custos, em conformidade com as Normas técnicas, Procedimentos, Instruções, Especificações de Serviços entre outros.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a execução do objeto proposto, o mercado dispõe, usualmente, de três tipos de demolição, sendo elas:

Demolição Manual

Vantagens

Alto nível de controle sobre a execução dos serviços

Baixo impacto vibratório sobre estruturas adjacentes

Menor geração de ruído e poeira

Maior precisão em áreas sensíveis ou com necessidade de preservação parcial

Facilita a segregação e o gerenciamento dos resíduos na origem

Desvantagens

Baixa produtividade operacional

Maior prazo de execução

Custo elevado de mão de obra em relação ao volume demolido

Maior exposição dos trabalhadores ao ambiente de risco

Necessidade de fiscalização constante e rigorosa



Demolição Mecanizada

Vantagens

- Alta produtividade e redução significativa do prazo de execução
- Melhor relação custo-benefício para grandes volumes de demolição
- Menor exposição direta dos trabalhadores aos elementos estruturais
- Adequada para estruturas em concreto armado de médio e grande porte
- Permite remoção rápida e contínua do material demolido

Desvantagens

- Maior geração de ruído, poeira e vibrações
- Menor precisão quando comparada à demolição manual
- Risco de danos a estruturas próximas se não houver controle técnico adequado
- Necessidade de espaço para circulação e manobra de equipamentos
- Exige medidas adicionais de isolamento e controle ambiental

Demolição Híbrida

Vantagens

- Combina precisão da demolição manual com eficiência da mecanizada
- Maior controle em etapas críticas da demolição
- Redução de riscos estruturais e operacionais
- Melhor equilíbrio entre prazo, custo e segurança
- Adequada para ambientes urbanos e equipamentos públicos

Desvantagens

- Maior complexidade de planejamento e gestão da obra
- Necessidade de equipe técnica experiente e coordenação rigorosa
- Custo inicial ligeiramente superior ao método exclusivamente mecanizado
- Maior exigência de compatibilização entre equipes e equipamentos

Justificativa da Escolha do Método de Demolição Híbrido

A opção pelo método de demolição híbrida mostra-se tecnicamente mais adequada para a demolição da arquibancada do Estádio Municipal, considerando as características da estrutura, a inserção do equipamento em área urbana e a necessidade de conciliar segurança, eficiência operacional e controle dos impactos.



Trata-se de uma solução que permite adaptar a execução às particularidades de cada etapa do serviço, assegurando maior previsibilidade e redução de riscos.

Ressalta-se que a intervenção terá como objeto específico a demolição da arquibancada, sendo imprescindível a preservação do bloco de sanitários localizado em nível inferior, o que impõe maior rigor técnico na definição do método construtivo. Nesse contexto, a combinação de demolição manual nas zonas críticas, associada ao uso controlado de equipamentos mecanizados nas áreas superiores, permite proteger a estrutura remanescente, evitando sobrecargas, vibrações excessivas e danos ao banheiro existente.

A utilização integrada dos métodos possibilita maior controle estrutural e operacional, minimizando riscos às edificações adjacentes e assegurando a integridade das instalações que permanecerão em uso. Tal abordagem é particularmente relevante em equipamentos públicos, nos quais a continuidade da funcionalidade de determinados ambientes deve ser garantida mesmo durante intervenções de maior porte.

Do ponto de vista operacional, o método híbrido proporciona equilíbrio entre prazo e qualidade da execução. Ao mesmo tempo em que reduz o tempo total da obra em comparação à demolição exclusivamente manual, mantém elevado nível de precisão, fundamental para a preservação do banheiro situado sob a arquibancada, reduzindo a probabilidade de danos estruturais e a necessidade de retrabalhos.

Sob a ótica administrativa, a escolha da demolição híbrida atende aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, ao permitir o uso racional dos recursos públicos e a mitigação de riscos técnicos e contratuais. A definição desse método contribui para a execução segura do objeto, com adequado controle ambiental e gestão eficiente dos resíduos gerados.

Dessa forma, a adoção do método de demolição híbrida revela-se a alternativa mais vantajosa para o Município, por alinhar rigor técnico, segurança, viabilidade operacional e interesse público, assegurando que a demolição da arquibancada ocorra de forma responsável, sustentável e plenamente compatível com a preservação do banheiro existente no nível inferior da edificação.

VI – ESTIMATIVA DE VALOR

O valor da presente contratação foi definido considerando os preços unitário do boletim CDHU. O orçamento foi elaborado de acordo com os quantitativos definidos em projeto, somados aos memoriais descritivos e memória de cálculo.

A planilha orçamentária está orçada no valor total de **R\$ 679.807,82** (Seiscentos e setenta e nove mil, oitocentos e sete reais e oitenta e dois centavos), com recurso do tesouro municipal – **F01**.

As reservas e empenhos dos valores deverão utilizar as seguintes fichas:

FONTE	SECRETARIA	DOTAÇÃO	2026
--------------	-------------------	----------------	-------------



01	Obras Públicas	674 - 17.01.15.451.0017.1.007.449051.01.1100000	679.807,82
TOTAL R\$ 679.807.82			

Para a composição dos custos, adotaram-se os valores constantes do Boletim CDHU nº 200, com data-base de novembro de 2025, sem desoneração, por se tratar de base técnica pública estruturada, amplamente utilizada na orçamentação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Estado de São Paulo, conforme demonstrado na planilha orçamentária (Anexo III).

O Boletim de Custos da CDHU constitui instrumento técnico consolidado que apresenta composições referenciais de serviços aplicados à construção civil, estruturadas a partir de critérios analíticos que contemplam insumos, mão de obra, equipamentos e encargos necessários à execução dos serviços. Sua utilização permite a adequada formação de preços a partir do projeto e das respectivas especificações técnicas, garantindo maior precisão, rastreabilidade e transparência na estimativa orçamentária.

A adoção dessa referência encontra respaldo no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que admite a utilização de bancos de dados públicos para a formação do orçamento estimado, desde que compatíveis com os preços praticados no mercado. Nesse sentido, o Boletim CDHU configura-se como base técnica idônea e amplamente reconhecida no âmbito do Estado de São Paulo, sendo frequentemente utilizada por órgãos públicos estaduais e municipais em contratações de obras e serviços de engenharia.

Sob o aspecto histórico-institucional, destaca-se que o referido boletim tem origem no antigo Departamento de Edifícios de Obras Públicas (DOP), criado em 1844, ainda no período imperial, com a finalidade de sistematizar e padronizar os serviços de engenharia executados pela Administração Pública. Posteriormente, com a edição da Lei Estadual nº 7.394/1991, o DOP foi transformado na Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS), a qual assumiu a responsabilidade pela elaboração e atualização periódica do boletim de custos, mantendo sua relevância técnica e ampliando sua aplicação no âmbito das obras públicas.

A continuidade e evolução do boletim foram asseguradas por normativos estaduais, como o Decreto nº 27.133/1987, que disciplinou a atualização sistemática das composições. Mais recentemente, com a reestruturação administrativa promovida no Estado de São Paulo, a gestão do boletim foi transferida à CDHU, que passou a ser responsável por sua manutenção, atualização e divulgação, garantindo a continuidade de um instrumento técnico consolidado ao longo de mais de um século de evolução institucional.

Assim, o Boletim CDHU apresenta trajetória histórica consistente, podendo ser sintetizada nos seguintes marcos evolutivos:

- Origem no DOP (1844), com foco na padronização dos serviços públicos de engenharia;



- Consolidação sob a gestão da CPOS (1991–2020), período em que se tornou referência estadual em orçamentação; e

- Atual gestão pela CDHU (2020–presente), assegurando a continuidade e atualização do sistema de custos.

No caso específico da presente contratação, a utilização do Boletim CDHU mostra-se tecnicamente adequada em razão da localização da obra no Município de Ubatuba/SP, inserido no mesmo contexto regional considerado na formação dos preços da tabela, o que contribui para maior aderência dos custos estimados à realidade local, especialmente quanto à disponibilidade de insumos, custo de mão de obra e logística de execução.

Adicionalmente, a utilização de banco de dados público estruturado contribui para a padronização da estimativa orçamentária, reduzindo subjetividades, aumentando a confiabilidade dos valores adotados e facilitando a análise por órgãos de controle, em conformidade com os princípios da transparência, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Por fim, ressalta-se que, sempre que necessário, as composições foram avaliadas criticamente e ajustadas às especificidades do objeto contratado, garantindo a compatibilidade do orçamento com as condições reais de execução, de modo a assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para atendimento da necessidade identificada consiste na contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de demolição da arquibancada do Estádio Municipal de Ubatuba/SP, de forma planejada, controlada e tecnicamente assistida, observando-se as normas de segurança, ambientais e de engenharia aplicáveis. A contratação deverá contemplar todas as etapas necessárias à execução completa do objeto, desde a mobilização inicial até a liberação final da área, assegurando que a Administração receba o serviço plenamente executado e em condições adequadas.

No que se refere a serviços secundários ou complementares, a solução adotada compreende que a demolição não demanda manutenção preventiva ou corretiva posterior, por se tratar de serviço de natureza pontual e conclusiva. Contudo, devem integrar o objeto atividades acessórias indispensáveis, tais como isolamento da área, sinalização, controle de poeira e ruídos, proteção de estruturas remanescentes e limpeza final do local, as quais são inerentes à boa execução do serviço principal.

Quanto à garantia do serviço, embora não se trate de fornecimento continuado ou de obra com desempenho futuro prolongado, entende-se necessária a previsão de responsabilidade da contratada quanto a eventuais danos decorrentes de falhas de execução, especialmente sobre estruturas que deverão ser preservadas, como



edificações existentes sob a arquibancada. Tal garantia visa resguardar o patrimônio público contra prejuízos decorrentes de execução inadequada ou negligente.

Em relação a atualizações tecnológicas, a solução não envolve sistemas, equipamentos permanentes ou tecnologias sujeitas a atualização posterior. No entanto, exige-se que a contratada utilize métodos e equipamentos compatíveis com as melhores práticas atualmente adotadas no mercado de demolições controladas, garantindo eficiência, segurança e redução de impactos ambientais e urbanos.

No tocante ao fornecimento de insumos, a solução prevê que todos os materiais, equipamentos, ferramentas, equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como os meios necessários para a execução dos serviços, sejam integralmente de responsabilidade da empresa contratada. Essa definição evita dependência operacional da Administração e assegura maior clareza na delimitação de responsabilidades contratuais.

Quanto aos riscos envolvidos, além daqueles usualmente observados em contratos de demolição, destacam-se riscos específicos relacionados à preservação de estruturas remanescentes, à execução em ambiente urbano e à segurança de trabalhadores e terceiros. Tais riscos devem ser previamente mapeados pela contratada e compatibilizados com a matriz de riscos do contrato, permitindo a adequada alocação de responsabilidades entre as partes.

No que se refere à segurabilidade dos riscos, entende-se que parcela relevante dos riscos associados à execução dos serviços é passível de cobertura securitária, nos termos do art. 103, § 2º, da Lei nº 14.133/2021. Assim, a solução admite a exigência de seguro de responsabilidade civil e de riscos de engenharia, como forma de proteção adicional ao interesse público, especialmente diante da possibilidade de danos materiais a bens públicos existentes.

Considerando a natureza do objeto, avalia-se como pertinente a exigência de garantia contratual, nos limites previstos na legislação, com a finalidade de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas. Tal garantia constitui instrumento de mitigação de riscos e reforça a segurança jurídica da contratação, sem representar ônus excessivo ou restrição indevida à competitividade do certame.

Por se tratar de serviço classificado como obra ou serviço de engenharia, a solução contempla a possibilidade de inclusão da cláusula de retomada, prevista no art. 102 da Lei nº 14.133/2021, como medida excepcional para assegurar a continuidade do serviço em caso de inadimplemento contratual. Essa previsão reforça a proteção ao interesse público e reduz o risco de paralisações prolongadas ou abandono do objeto.

No que diz respeito à modelagem da contratação, a solução indica a realização de procedimento licitatório, em modalidade compatível com o valor estimado e a complexidade do objeto, assegurando ampla competitividade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa. Não se vislumbra hipótese de inexigibilidade, e eventual dispensa somente seria admitida se presentes os requisitos legais específicos, devidamente justificados no processo administrativo.



Por fim, quanto ao treinamento de pessoal, não se identifica necessidade de capacitação de servidores municipais, uma vez que a execução será integralmente realizada pela empresa contratada. Todavia, a solução exige que a contratada disponha de equipe própria devidamente treinada e habilitada, assegurando que todas as atividades sejam conduzidas por profissionais capacitados e sob responsabilidade técnica formalmente assumida, garantindo a execução segura, eficiente e alinhada ao interesse público municipal.

Garantia da Obra

Da adjudicatária se exigirá no ato da assinatura do contrato a prestação de garantia das obrigações assumidas no limite de 5% (cinco por cento) do valor contratual, em uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

Fica assegurado ao contratado prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia quando optar pela modalidade prevista no inciso II.

O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei 14.133/21:

I - O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de eventual renovação do contrato, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pelo Índice FIPE.

Mapa de Gerenciamento de Risco



A matriz de risco é o instrumento que define a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação.		
RISCO 01		
RISCO	Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à capacitação técnica profissional e técnico operacional da empresa.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Planejamento da Contratação	
ALOCUÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
	Atrasos para início e, conseqüentemente, para entrega da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Observar o que dispõe os art. 62 a 70 Lei n. 14.133/2021, especialmente no que se refere às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização da Administração Pública como a Advocacia Geral da União e o Tribunal de Contas da União, em especial o Acórdão nº 1585/2015 – Plenário e a Súmula nº 263/2011, dentre outros.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica.	Secretaria Municipal de Obras Públicas / Setor de Licitação
RISCO 02		
RISCO	Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente os relacionados a erros de projetos e/ou orçamento estimativo.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Seleção do Fornecedor	
ALOCUÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Atrasos para início e, conseqüentemente, para entrega da obra.	



AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Para os projetos de engenharia elaborados por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função.	Secretaria Municipal de Obras Públicas / Equipe de Fiscalização e Acompanhamento do Projeto de Engenharia
	Para os projetos de engenharia elaborados pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Em casos de impugnações por erros nos documentos técnicos, solicitar aos responsáveis técnicos que procedam com as correções.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
	Republicação do Edital, com a reabertura da contagem de prazos.	Setor de Licitação
RISCO 03		
RISCO	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração.	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Seleção do Fornecedor	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Necessidade de republicação da licitação ou da realização de dispensa de licitação, impactando no planejamento estratégico e orçamentário.	
	Atrasos para início e, conseqüentemente, para entrega da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Correto planejamento das exigências postas para a contratação.	Secretaria Municipal de Obras Públicas / Setor de Licitação
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores	Setor de Licitação



	estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.	
	Contratação emergencial caso a repetição do certame também reste fracassada.	Secretaria Municipal de Obras Públicas / Setor de Coordenação Administrativa e Financeira
RISCO 04		
RISCO	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
	Observar o prazo de validade da proposta apresentada na fase de licitação e enviar o contrato para assinatura dentro do prazo de vigência da proposta.	Setor de Contratos
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Nos termos de art. 90 da Lei 14.133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.	Setor de Aquisições
	Aplicar as sanções previstas na contratação.	Setor de Contratos
RISCO 05		
RISCO	Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Baixo	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra.	



AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
	Observar os prazos previstos para entrega do contrato assinado e das garantias contratuais e acompanhar a entrega, notificando a contratada caso seja verificada a ocorrência de atrasos.	Setor de Contratos
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Aplicação das sanções previstas na contratação.	Fiscalização/ Setor de Contratos
RISCO 06		
RISCO	Impossibilidade de início da obra, após a emissão da Ordem de Serviço, por restrições da Contratante (liberação do local de implantação, necessidade de execução prévia de outro serviço, interferências com outras atividades etc).	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Atrasos para início e, conseqüentemente, para entrega da obra.	
	Possibilidade de aumento de custos não previstos, principalmente com mobilização e desmobilização da equipe e de equipamentos, alugueis de estruturas para abrigar o canteiro de obras, gerenciamento de obras, dentre outros que poderão ser reclamados pela Contratada.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Verificar junto ao setor competente, antes da emissão da Ordem de Serviço, se há algum impedimento para início da execução dos serviços nos prazos determinados na contratação.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Suspender a emissão da Ordem de Serviço, solicitando que a Contratada não realize a mobilização até que os serviços sejam novamente liberados.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
	Verificar a necessidade de alterações contratuais para	Fiscalização Técnica



	prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato.	
RISCO 07		
RISCO	Alterações no projeto básico/ executivo inicialmente contratados, por solicitação da Contratante.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Baixo	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Aumento dos custos inicialmente previstos para execução do objeto.	
	Possibilidade da ocorrência de atrasos para entrega da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Elaboração dos projetos de engenharia e arquitetura de forma participativa, baseado no Plano de Necessidades apresentado pela unidade demandante.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.	Fiscalização Técnica
RISCO 08		
RISCO	Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam irrelevantes.	
PROBABILIDADE	Alta	
IMPACTO	Baixo	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Para os projetos de engenharia elaborados por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função.	Secretaria Municipal de Obras Públicas / Equipe de Fiscalização e Acompanhamento do Projeto de Engenharia
	Para os projetos de engenharia elaborados pela equipe de engenharia da Divisão de	Secretaria Municipal de Obras Públicas



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA

Litoral Norte do Estado de São Paulo

Capital do surfe

	Infraestrutura/HFA, revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.	
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que tais custos serão absorvidos pela Contratada.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, a definição de subestimativas ou superestimativas relevantes para o objeto.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Caso a Contratada venha requerer tais valores, a alteração contratual deverá ser negada pela fiscalização. Observar o Acórdão 1.977/2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União	Fiscalização Técnica
RISCO 09		
RISCO	Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, em que a obrigação de fazer pela Contratada esteja expressamente estipulada no instrumento convocatório e/ou seus anexos	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Baixo	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCUÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Para os projetos de engenharia elaborados por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função.	Secretaria Municipal de Obras Públicas / Equipe de Fiscalização e Acompanhamento do Projeto de Engenharia
	Para os projetos de engenharia elaborados pela equipe de engenharia da Divisão de Infraestrutura, revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais	Secretaria Municipal de Obras Públicas



	diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.	
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que tais custos serão absorvidos pela Contratada.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Caso a Contratada venha requerer tais valores, a alteração contratual deverá ser negada pela fiscalização. Observar o Acórdão 1.977/2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.	Fiscalização Técnica
RISCO 10		
RISCO	Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam relevantes.	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Para os projetos de engenharia elaborados por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função.	Secretaria Municipal de Obras Públicas / Equipe de Fiscalização e Acompanhamento do Projeto de Engenharia
	Para os projetos de engenharia elaborados pela equipe de engenharia da Divisão de Engenharia, revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, a definição de subestimativas ou superestimativas relevantes para o objeto.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Após avaliação da Fiscalização Técnica do Contrato e desde que sejam	Fiscalização Técnica



	atendidas as demais exigências postas no Acórdão 1.977 /2013 para aditivos por falhas, encaminhar a proposta de alteração contratual à autoridade competente.	
RISCO 11		
RISCO	Diferença entre os quantitativos da planilha de orçamento e os quantitativos que serão efetivamente executados na obra, devido a incertezas inerentes ao objeto ou a alguns serviços que compõe o objeto.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Para as obras contratadas no regime de empreitada por preço global, a remuneração da contratada será após a execução de cada etapa, previamente definida no cronograma físico-financeiro.	Secretaria Municipal de Obras Públicas / Equipe de Fiscalização e Acompanhamento do Projeto de Engenharia
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	As medições de campo das quantidades realizadas devem ser precisas apenas o suficiente para definir o percentual executado.	Fiscalização Técnica
RISCO 12		
RISCO	Preços de insumos que compõe a execução do objeto abaixo do preço de mercado.	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Baixo	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que será realizada alteração contratual para aumento dos preços	Secretaria Municipal de Obras Públicas



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA

Litoral Norte do Estado de São Paulo

Capital do surfe

	fornecidos pela Contratada, em nenhuma hipótese.	
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Caso a Contratada venha requerer tais valores, a alteração contratual deverá ser negada pela fiscalização.	Fiscalização Técnica
RISCO 13		
RISCO	Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes.	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
	Atrasos para conclusão da obra decorrentes da necessidade de refazimento de serviços.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas <i>in loco</i> .	Fiscalização Técnica
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de correção de algum serviço já executado.	Fiscalização Técnica
	Aplicação das sanções previstas na contratação.	Fiscalização Técnica / Setor de Contratos
RISCO 14		
RISCO	Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no projeto inicialmente contratado.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Baixo	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Não identificadas.	-



AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.	Fiscalização Técnica
RISCO 15		
RISCO	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Prejuízo aos trabalhadores alocados na execução do objeto.	
	Possibilidade de demandas judiciais trabalhistas contra a Contratante.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, a responsabilidade exclusiva da Contratada sobre o pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
	Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, solicitando, nos termos da Instrução Normativa SEGES n. 06/2018, os documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada.	Fiscalização Administrativa
	Prever a possibilidade de possibilidade de rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que	Secretaria Municipal de Obras Públicas



	efetivamente participarem da execução do contrato.	
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Reter o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.	Fiscalização Administrativa
	Rescisão contratual.	Fiscalização / Setor de Contratos
RISCO 16		
RISCO	Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Prejuízos ao trabalhador com a ocorrência de lesão corporal ou perturbação funcional que causa a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho	
	Onerar o contrato com a possibilidade de pagamento de indenizações.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança no Trabalho.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
	Avaliar, durante as visitas rotineiras da equipe de fiscalização, as condições do canteiro de obras, verificando a utilização de Equipamentos de Proteção Individual e a instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva.	Fiscalização Técnica
	Notificar a Contratada, caso sejam verificadas irregularidades em relação às normas de segurança no trabalho.	Fiscalização Técnica
	Em caso de persistência da irregularidade, instaurar processo para aplicação das sanções previstas na contratação.	Fiscalização Técnica/ Setor de Contratos



	Solicitar à contratada seguro coletivo contra acidentes de trabalho.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
	Cumprimento das normas de segurança do trabalho, em especial da NR-18 e da RPT-1. Acompanhamento da obra por técnico ou engenheiro de segurança do trabalho, nos termos da NR-4 Contratação de seguro de responsabilidade civil ou de risco e engenharia. Execução de tela de proteção, tapumes, guarda-corpos, fechamentos e outros dispositivos de proteção coletiva. Execução de linha de vida e fornecimento de EPIs adequados aos trabalhadores. Acompanhamento da obra pelo seu responsável técnico.	Contratada
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Em caso de acidentes, solicitar que a Contratada realize os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes e encaminhe à fiscalização a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada junto à Previdência Social.	Fiscalização Técnica
RISCO 17		
RISCO	Ocorrência de roubos e furtos na obra.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Prejuízos e aumento dos custos inicialmente previstos para execução da obra. Eventuais atrasos para a aquisição de novos bens. Eventuais danos às instalações do canteiro de obras ou do contratante.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá manter vigilância da obra e se responsabilizará pelos	Secretaria Municipal de Obras Públicas



	danos e prejuízos oriundos de roubos e furtos.	
	Seguro contra riscos de engenharia	Contratada
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Não identificadas.	-
RISCO 18		
RISCO	Ocorrência de chuvas, alagamentos, geadas, vendavais, raios, granizo ou outros eventos climáticos e ambientais.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	<p>Compartilhado</p> <p>A administração aceita a prorrogação de prazo equivalente ao número de dias de chuva no mínimo 10% acima da média histórica do local, durante o período total de execução da obra, segundo informações obtidas no endereço eletrônico do INMET. Também são admitidas outras prorrogações de prazo estritamente para reparar os estragos causados pelas ocorrências climáticas.</p> <p>Chuvas em volume aquém da média histórica, ou até 10% acima da média segundo informações do INMET, não ensejam a prorrogação do prazo de execução, sendo que o contratado assume integralmente qualquer ônus financeiro decorrente da paralisação de equipamentos, equipes de trabalho ou dos estragos causados pelos eventos climáticos.</p>	
DANOS	<p>Atrasos para entrega da obra.</p> <p>Necessidade de refazimento de serviços.</p> <p>Alteração do cronograma de execução.</p> <p>Alteração nos custos da obra.</p>	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	A Administração deve preferencialmente programar a licitação para que a emissão da ordem de serviço inicial ocorra durante o período de estiagem.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
	A contratada deve incorporar nos seus preços eventuais encargos com ocorrências climáticas.	Contratada
	A Contratada deve procurar concentrar esforços em períodos de estiagem, inclusive prorrogando os turnos de Trabalho ou abrindo novas frentes de serviço.	Contratada / Fiscalização Técnica



	Existência de remuneração do risco assumido pela contratada no BDI.	Contratada
	Nos períodos chuvosos, a contratada pode atacar atividades menos impactadas pelas chuvas ou providenciar a locação de tendas ou outros dispositivos de proteção para o prosseguimento da obra	Contratada/ Fiscalização Técnica
	O contrato deve prever que o construtor apresente apólice de seguro de risco de engenharia, com validade abrangendo todo o prazo de vigência contratual com cobertura específica para ocorrências climáticas e despesas com desentulho.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Avaliar, caso seja solicitada prorrogação do prazo de execução do objeto pela Contratada, se as chuvas ocorridas preenchem os requisitos de excepcionalidade. Em caso afirmativo, realizar a prorrogação do prazo de execução. Caso contrário, avaliar a necessidade de prorrogação da vigência contratual.	Fiscalização Técnica
RISCO 19		
RISCO	Aumento nos custos de quaisquer dos insumos que compõem a execução da obra, não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Baixo	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada arcará com aumento nos custos de quaisquer dos insumos que compõem a execução da obra, não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas,	Secretaria Municipal de Obras Públicas



	ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual.	
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Não identificadas	-
RISCO 20		
RISCO	Alteração nos custos de quaisquer dos insumos que compõem a execução da obra, decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos ou redução de custos.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Baixo	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Compartilhado	
DANOS	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Não identificadas	-
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Para estes casos, a Contratante procederá a correção dos valores pagos, considerando as novas alíquotas vigente.	Fiscalização Técnica
RISCO 21		
RISCO	Prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da obra ou outros decorrentes de fenômenos climáticos	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
	Atrasos na execução do objeto	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada arcará com os prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da obra ou outros decorrentes de fenômenos climáticos	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Solicitar que a Contratada providencie os reparos necessários para entrega do objeto nas condições inicialmente previstas na contratação.	Fiscalização Técnica
RISCO 22		



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA

Litoral Norte do Estado de São Paulo

Capital do surfe

RISCO	Risco de inadimplência da Contratante.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Em caso de atraso superior a 60 (sessenta) dias, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos devidos pela Administração, o Contratado poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.	
	Atrasos para entrega da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Licitação da obra somente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente.	Setor de Orçamento e Finanças
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Em caso de dificuldades no repasse de recursos orçamentários pelo Governo Federal, planejamento dos pagamentos para evitar a suspensão da execução da obra pela Contratada.	Setor de Orçamento e Finanças
RISCO 23		
RISCO	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Atrasos para entrega da obra.	
	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
	Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada.	Fiscalização Técnica/ Setor de Contratos
	Realizar a contratação do remanescente da obra, nos termos do art. 90 da Lei 14.133/2021.	Secretaria Municipal de Obras Públicas / Secretaria



		Municipal de Administração
RISCO 24		
RISCO	Perda ou perecimento de materiais de construção	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Aumento de custos de execução. Atrasos ocasionais para a aquisição de novos insumos. Custos com descarte dos materiais inservíveis.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Instituição de programa de aquisições de insumos em conformidade com o cronograma da obra. Adotar boas práticas para a aquisição e armazenagem dos materiais. Atentar para a data de validade dos materiais, se for o caso	Contratada
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	-	-
RISCO 25		
RISCO	Alteração nos custos com salários e materiais de construção não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada Porém, caberá a realização de reajustamento anual do contrato de acordo com a cláusula pactuada. Se houver aumentos descasados em relação aos índices de reajuste contratual, o encargo será suportado exclusivamente pelo contratado.	
DANOS	Aumento de custos de execução.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Deverá o contrato convencionar que reajustes salariais, concedidos por meio de dissídios, acordos ou convenções coletivas de trabalho, não ensejarão a recomposição extraordinária do	Contratada

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA**

Litoral Norte do Estado de São Paulo

Capital do surfe

	equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que será reestabelecido por meio dos reajustes anuais do contrato, na data base contratual.	
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Alteração dos custos incorridos pelo construtor	Contratada
RISCO 26		
RISCO	Variações nas taxas de câmbio ou juros	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Baixo	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Aumento de custos de execução.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Proteção por meio de instrumentos de hedge, tais como contratos futuros, swaps etc. Política de compra antecipada de bens	Contratada
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	-	-
RISCO 27		
RISCO	Problemas de liquidez financeira do construtor ou de subcontratados, bem como declaração de falência ou recuperação judicial do contratado	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual/Planejamento	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Custos administrativos para realização de nova licitação/contratação. Possível perecimento dos serviços executados. Postergação da conclusão da obra. Execução do Seguro Garantia	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato Cláusula contratual prevendo a imputação ao contratado de quaisquer outras perdas e danos da Administração em virtude da rescisão contratual por culpa do contratado.	Secretaria Municipal de Obras Públicas



	Exigência de garantias contratuais.	
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Previsão de retenção das medições ainda não liquidadas.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
RISCO 28		
RISCO	Restrição orçamentária e/ou financeira do órgão contratante.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual/Planejamento	
ALOCÇÃO DO RISCO	<p>Contratante</p> <p>Deverá o contrato convencionar estar mobilizada e ficar ociosa, a Administração arcará com a indenização dos custos regularmente comprovados por meio de folhas de pagamento, notas fiscais e outros documentos válidos.</p> <p>Deverá o contrato convencionar que não haverá pagamento de qualquer indenização por equipamentos e ferramentas ociosos que sejam de propriedade do construtor.</p> <p>Deverá o contrato convencionar que não haverá incidência de taxa de BDI, lucros, custos indiretos ou despesas indiretas sobre o valor indenizado, podendo ser aceito apenas o acréscimo dos tributos incidentes sobre o valor da indenização cujo pagamento for regularmente comprovado.</p> <p>Se a empresa tiver se desmobilizado a pedido da administração fará jus ao pagamento da verba contratualmente prevista para desmobilização e nova mobilização</p>	
DANOS	<p>Atraso ou paralisação dos serviços.</p> <p>Possível inadimplência no pagamento dos serviços executados e medidos.</p> <p>Custos com desmobilização da empresa. Atraso na emissão de empenhos.</p> <p>Atraso na assinatura de contratos ou de termos de aditamento contratual.</p> <p>Atraso na realização de apostilamento do contrato com a concessão de reajustes.</p>	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Emissão do Empenho no valor global	Secretaria Municipal de Fazenda
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Atraso na realização de apostilamento do contrato com a concessão de reajustes.	Setor de Contratos
RISCO 29		



RISCO	Ocorrência de greves ou manifestações dos empregados do contratado ou dos subcontratados	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratado Deverá o contrato convencionar que reajustes salariais, concedidos por meio de dissídios, acordos ou convenções coletivas de trabalho, não ensejarão a recomposição do equilíbrio contratual, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de penalidade pelos atrasos na execução do objeto contratual	
DANOS	Aumento dos custos incorridos pelo construtor. Atraso na execução dos serviços. Eventual interposição de ação trabalhista.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalização administrativa do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias do contratado. Previsão contratual de aplicação de penalidades.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	O construtor deve cumprir todas as regras trabalhistas e outras previstas nos instrumentos de negociação coletiva do trabalho.	Contratada
RISCO 30		
RISCO	Ocorrência de greves ou manifestações de empregados de terceiros que possam interferir com o andamento da obra, tal como dos setores de transporte público, de órgãos governamentais ou de fornecedores.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Risco compartilhado entre o contratado e o contratante O contratado arcará com os prejuízos e atrasos decorrentes em greves de até 15 dias, a cada período de 12 meses. No caso de greves oriundas de períodos superiores a 15 dias, de comprovado impacto no andamento dos trabalhos, a Administração prorrogará o contrato pelo prazo necessário, mas não suportará nenhum encargo financeiro adicional.	
DANOS	Atraso na obra, em virtude do atraso no fornecimento dos materiais ou de falta dos empregados ao trabalho.	



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA

Litoral Norte do Estado de São Paulo

Capital do surfe

	Atraso na obra devido a órgãos públicos diversos Aumento de custos.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	-	-
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Prorrogação contratual	Fiscalização Técnica / Setor de Contratos
RISCO 31		
RISCO	Interposição de ações judiciais contra o construtor e os seus subcontratados por força da execução da obra.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratado	
DANOS	Condenação do contratado, aumentando os custos de execução. Responsabilização solidária ou subsidiária da administração. Paralisação da obra por ordem judicial.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Cláusula prevendo retenções de pagamentos, no valor da causa, no caso de a administração ser incluída no polo passivo da ação.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Acompanhar a execução da obra e notificar qualquer não conformidade, e se for o caso, abrir processo sancionador	Fiscalização Técnica
RISCO 32		
RISCO	Paralisação ou interferência na obra em virtude de fiscalizações por órgãos de controle, tal como Delegacia Regional do Trabalho, Ministério Público, TCU, Polícia Federal, Polícia Civil, CGU e órgãos ambientais.	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Risco Compartilhado Arcará com as consequências da fiscalização exercida pelo órgão de controle a parte que der causa à irregularidade.	
DANOS	Paralisação ou interferência, gerando atraso na obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Cumprimento da legislação pertinente. Adequado assessoramento jurídico.	Contratada / Secretaria



		Municipal de Obras Públicas
	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Cláusula contratual prevendo a imputação ao contratado de quaisquer outras perdas e danos da Administração em virtude da rescisão contratual por culpa do contratado. Exigência de garantias.	Secretaria Municipal de Obras Públicas
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Acompanhar a execução da obra e notificar qualquer não conformidade, e se for o caso, abrir processo sancionador	Fiscalização Técnica
RISCO 33		
RISCO	Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alteração do projeto.	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante Contratante aditará o contrato no prazo necessário para os ajustes no projeto e arcará com os custos das alterações nestes, desde que a alteração da legislação, regulamentos e norma tenha ocorrido após a homologação do processo licitatório.	
DANOS	Atraso no cronograma para ajustes nos projetos. Custos associados com a alteração dos projetos.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	-	-
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Celebração de aditivo contratual.	Fiscalização Técnica / Setor de Contratos
RISCO 34		
RISCO	Alteração da legislação, regulamentos e normas alterem os encargos ou obrigações ao contratado	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Risco compartilhado entre o contratado e o contratante Contratante poderá aditar o contrato, recompondo o seu equilíbrio econômico-financeiro, se restar caracterizado que se trata de fato de princípio, incluindo caso em que ocorra o desequilíbrio	



	econômico em desfavor da Administração	
DANOS	Aumento dos custos da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	-	-
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Recomposição do Equilíbrio Econômico- Financeiro	Fiscalização Técnica / Setor de Contratos
RISCO 35		
RISCO	Mudanças tributárias alterando os custos da obra, exceto alterações do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.	
PROBABILIDADE	Baixo	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Risco compartilhado entre o contratado e o contratante. Contratante poderá aditar o contrato, recompondo o seu equilíbrio econômico-financeiro, se restar caracterizado que se trata de fato de princípio, incluindo caso em que ocorra o desequilíbrio econômico em desfavor da Administração.	
DANOS	Alteração da carga tributária incidente sobre o construtor.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	-	-
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Recomposição do Equilíbrio Econômico- Financeiro	Fiscalização Técnica / Setor de Contratos
RISCO 36		
RISCO	Prejuízos causados a terceiros devido à realização das obras	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Média	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratado Cabendo ação de regresso do contratante contra o contratado no caso de a Administração ser acionada judicialmente por terceiros em virtude dos acidentes	
DANOS	Aumento dos custos da obra. Eventual embargo da obra ou responsabilização da Administração	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Realização de vistoria cautelar dos imóveis na região da obra. Seguro de Responsabilidade Civil com cobertura adequada.	Contratada



	Acompanhamento da obra pela equipe de fiscalização.	Fiscalização Técnica
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	-	-
RISCO 37		
RISCO	Erro na estimativa do prazo planejado para a execução da obra	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratado A administração arcará com os ônus nos prazos previstos em projeto, somente se forem decorrentes de alterações quantitativas/qualitativas de itens do projeto ou outros fatos supervenientes devidamente aceito e validado pela fiscalização através de relatórios, ensaios e outros.	
DANOS	Alteração no prazo de execução do objeto contratual.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Realizar o adequado planejamento da obra	Contratada / Secretaria Municipal de Obras Públicas
	Remuneração pelo risco assumido	Contratada
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	-	-
DEFINIÇÕES		
Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos. Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos. Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades		

VIII – JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O não parcelamento da solução é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade do empreendimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, ressaltando que oferece maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados em uma só pessoa.

Nesse sentido, convém ressaltar que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando



aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega da obra.

A obra em questão se trata de um objeto indivisível, onde o não agrupamento causaria prejuízo para o conjunto.

A adoção de lote único para a execução das obras deverá proporcionar ganho de escala na instalação de canteiro e mobilização dos equipamentos e pessoal alocado.

Os serviços a serem executados não são passíveis de divisão. As execuções dos serviços são predecessoras e sucessores entre si e totalmente dependentes. A divisão ocasionaria uma interpretação confusa de responsabilização, comprometimento no atendimento ao cronograma e seria economicamente desfavorável ao município.

Importa afirmar que a mesma empresa contratada, deverá executar todos os serviços previstos e por tanto não teria sentido subdividi-los perdendo-se assim o ganho em escala.

Dessa forma, conforme demonstrado, a divisão em vários lotes ou subdividido em serviços comprometeria a viabilidade técnica e econômica da obra.

IX – RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de empresa especializada para a demolição da arquibancada do Estádio Municipal de Ubatuba/SP tem como objetivo principal a eliminação de riscos estruturais existentes, garantindo condições adequadas de segurança para usuários, servidores e para a própria Administração Pública. O resultado esperado é a remoção integral da arquibancada, de forma controlada e tecnicamente adequada, preservando as estruturas que deverão permanecer, especialmente as edificações situadas em nível inferior, e restabelecendo a segurança do equipamento público.

Como resultado técnico, pretende-se alcançar a execução integral do objeto conforme projeto e plano de demolição aprovados, respeitando normas técnicas, ambientais e de segurança do trabalho. Esse resultado será metrificado por meio da verificação física da completa remoção dos elementos previstos, da inexistência de danos às estruturas preservadas e da emissão dos respectivos registros técnicos, incluindo Anotação de Responsabilidade Técnica e relatórios de acompanhamento da execução.

No aspecto operacional, busca-se assegurar que os serviços sejam executados dentro do prazo estabelecido e com controle efetivo dos impactos ao entorno, tais como ruído, poeira e circulação de equipamentos. O acompanhamento do alcance desses resultados será realizado mediante fiscalização técnica do contrato, conferência do cronograma físico, registros fotográficos, relatórios periódicos da contratada e inspeções in loco, permitindo à Administração monitorar continuamente o desempenho da execução.



Do ponto de vista dos recursos humanos e materiais, a solução prevê que a empresa contratada disponibilize equipe técnica qualificada, profissionais operacionais treinados, equipamentos adequados e insumos necessários à execução segura dos serviços. À Administração Municipal caberá a designação de servidor ou equipe responsável pela fiscalização, utilizando estrutura administrativa já existente, de modo a garantir o controle do contrato sem necessidade de ampliação do quadro funcional.

Quanto aos recursos financeiros, os resultados pretendidos estão diretamente relacionados à adequada aplicação dos recursos orçamentários disponíveis, buscando a melhor relação custo-benefício. O controle financeiro será realizado por meio da medição dos serviços efetivamente executados, vinculando os pagamentos ao cumprimento das etapas previstas e à validação dos resultados alcançados, assegurando economicidade, eficiência e transparência na utilização dos recursos públicos.

Por fim, o alcance dos resultados pretendidos permitirá à Administração Pública avaliar positivamente a viabilidade técnica e econômica da contratação, evidenciando que a solução adotada é adequada para a resolução do problema identificado. A demolição segura e controlada da arquibancada contribuirá para a preservação do patrimônio público, para a segurança da coletividade e para a adequada gestão dos equipamentos municipais, atendendo plenamente ao interesse público e aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

X – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Gestão e fiscalização Contratual:

- a) Gestor do contrato – Eraldo Carlos Tenório Todão;
- b) Fiscal do contrato – Pablo Kaeno Souza;

Para a fiscalização e gestão contratual, faz-se necessário que a equipe técnica do município seja capacitada para atender as necessidades encontradas pela execução do objeto.

A fiscalização do contrato deverá ser feita por profissional técnico e capacitado, bem como um engenheiro(a) Civil e/ou arquiteto(a) e urbanista, cadastrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

Algumas providências serão necessárias pela administração para iniciar a execução do objeto:

- a) Verificar a necessidade de realocação de postes de energia elétrica;
- b) Definir o local do canteiro de obras;
- c) Verificar possíveis interferências com imóveis lindeiros.



d) Verificar a necessidade de Licenças ambientais.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e
- l) assinatura e publicação do contrato.

XI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Após análise do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação de empresa especializada para a demolição da arquibancada do Estádio Municipal de Ubatuba/SP possui natureza autônoma, não demandando a realização de contratações correlatas ou interdependentes para a sua plena e eficiente execução.

Os serviços necessários à adequada execução do objeto — incluindo mobilização, isolamento da área, plano de demolição, gestão e destinação dos resíduos, medidas de segurança e limpeza final — deverão estar integralmente contemplados no escopo da contratação principal, sendo de responsabilidade exclusiva da empresa contratada. Dessa forma, não se identifica a necessidade de contratações prévias, concomitantes ou posteriores que condicionem o êxito do objeto licitado.

XII – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução dos serviços de demolição da arquibancada do Estádio Municipal de Ubatuba/SP poderá gerar impactos ambientais temporários, inerentes à natureza da atividade, especialmente relacionados à geração de resíduos da construção civil, emissão de poeira, ruídos, vibrações e movimentação de veículos e equipamentos. Tais



impactos devem ser adequadamente identificados, controlados e mitigados, de modo a assegurar a conformidade ambiental da intervenção e a preservação do entorno urbano, atendendo ao interesse público e às diretrizes de sustentabilidade.

A contratada será integralmente responsável pela adoção de medidas de controle ambiental durante toda a execução do objeto, incluindo, entre outras, a contenção e umidificação para controle de poeira, a limitação de horários de operação para mitigação de ruídos, o isolamento adequado da área e a adoção de boas práticas operacionais. Caberá ainda à contratada garantir que a execução não resulte em danos ambientais, responsabilizando-se por eventuais irregularidades ou passivos ambientais decorrentes de sua atuação.

No que se refere aos resíduos gerados, a execução deverá observar a Resolução CONAMA nº 307/2002, e suas alterações, que estabelece diretrizes para a gestão dos resíduos da construção civil. A contratada deverá elaborar e implementar plano de gerenciamento de resíduos, promovendo a segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos materiais, priorizando o reaproveitamento e a reciclagem sempre que tecnicamente viável, especialmente de resíduos de concreto, aço e materiais inertes.

Quanto às licenças, alvarás e autorizações, a contratada deverá possuir e manter válidas todas aquelas exigidas pela legislação ambiental e urbanística aplicável, incluindo, quando necessário, licenças ambientais, autorizações para transporte e destinação de resíduos, cadastro junto aos órgãos ambientais competentes e comprovação de utilização de áreas de destinação final devidamente licenciadas. Eventuais certificações ambientais, embora não obrigatórias, poderão ser consideradas como boas práticas que agregam valor à execução do contrato.

A utilização de insumos, equipamentos e materiais deverá observar normas técnicas e ambientais relativas à sua fabricação, origem e uso, assegurando que não sejam empregados produtos proibidos ou em desacordo com a legislação vigente. No descarte de insumos e resíduos, deverão ser atendidas as normas ambientais federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como a legislação sanitária e de saúde ocupacional, evitando-se a contaminação do solo, da água e do ar.

Por fim, a execução contratual deverá atender aos princípios da prevenção, da precaução e do desenvolvimento sustentável, previstos na legislação ambiental brasileira, notadamente na Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), sem prejuízo da observância das normas estaduais e municipais pertinentes. A adequada gestão dos impactos ambientais contribuirá para a viabilidade técnica e econômica da contratação, assegurando que a demolição da arquibancada seja realizada de forma ambientalmente responsável, segura e compatível com as diretrizes de sustentabilidade adotadas pela Administração Pública Municipal.

XIII – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



À análises técnicas, administrativas, operacionais e ambientais desenvolvidas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a demolição da arquibancada do Estádio Municipal de Ubatuba/SP mostra-se necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública. A intervenção proposta atende de forma objetiva ao problema identificado, qual seja, a existência de estrutura que compromete a segurança e a funcionalidade do equipamento público, exigindo solução técnica especializada e planejada.

A solução definida revela-se tecnicamente viável e economicamente compatível com a realidade do Município, considerando a natureza do objeto, os métodos executivos avaliados e a capacidade administrativa de fiscalização e acompanhamento do contrato. O método de demolição híbrido, aliado à exigência de qualificação técnica da contratada e ao controle de riscos, assegura a execução segura dos serviços, a preservação das estruturas que permanecerão, especialmente o bloco de sanitários localizado em nível inferior, e a mitigação de impactos ao entorno urbano e ambiental.

Do ponto de vista jurídico e procedimental, o presente ETP atende aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, evidenciando o problema a ser resolvido, a melhor solução disponível e a vantajosidade da contratação, não sendo identificados óbices técnicos, legais ou orçamentários que impeçam o prosseguimento do processo. Assim, conclui-se pela viabilidade e recomendação da continuidade da contratação, com o encaminhamento do presente Estudo Técnico Preliminar para as fases subsequentes do processo administrativo, visando à seleção da proposta mais vantajosa e à adequada proteção do interesse público municipal.

Considerando:

- a) a condições atual da via objeto deste certame;
- b) as obrigações institucionais da Administração;
- c) a necessidade de proporcionar uma série de benefícios que abrangem desde a melhoria da mobilidade até o aumento da segurança e da qualidade de vida dos cidadãos;
- d) todo o exposto e apresentado neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Após a realização deste estudo técnico, a presente equipe considera a contratação de empresa especializada para a execução da obra em referência, viável e razoável.

XIV – DOCUMENTOS ANEXO

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Composição do BDI;
- Anexo III – Planilha Orçamentária;
- Anexo IV – Cronograma Físico Financeiro;



- Anexo V – Encargos Sociais
- Anexo VI – Memória de cálculo;
- Anexo VII – Memorial Descritivo;
- Anexo VIII – Projeto;
- Anexo IX – ART;

Salientamos que os requisitos solicitados em relação ao projeto básico encontram-se devidamente amparados pelo disposto na Lei nº 14.133/2021, Art. 6º, Inciso XXV, que assim define:

a) Levantamentos, sondagens, ensaios e demais dados necessários à execução da solução escolhida

Em razão da análise técnica preliminar do objeto em questão, qual seja, a demolição da arquibancada do estádio municipal, verifica-se que não se faz necessária a realização de novos levantamentos topográficos, sondagens geotécnicas, ensaios laboratoriais ou estudos complementares. O projeto básico de demolição existente contempla informações suficientes quanto à geometria da estrutura, método de demolição, sequenciamento dos serviços e condições de estabilidade, atendendo plenamente aos requisitos técnicos para a execução da obra.

Ressalta-se que a intervenção se dará sobre estrutura existente, plenamente conhecida, sem alteração de cota, sem escavações profundas e sem implantação de novas fundações, o que afasta a necessidade de investigações adicionais de solo. Ademais, a execução será acompanhada por técnico de segurança do trabalho, com adoção de todas as medidas preventivas, incluindo a instalação de escoramentos provisórios, contenções e demais dispositivos necessários para garantir a estabilidade estrutural, a segurança dos trabalhadores e a integridade das áreas adjacentes, em conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes.

b) Soluções técnicas globais e localizadas

O projeto básico de demolição apresenta soluções técnicas globais e pontuais suficientemente detalhadas, definindo claramente os procedimentos executivos, os critérios de segurança, o uso de escoramentos, a sequência de desmontagem e a destinação dos resíduos. Tal nível de detalhamento é adequado para evitar, durante a elaboração do projeto executivo ou na fase de obra, a necessidade de reformulações que possam impactar negativamente a qualidade, o custo ou o prazo inicialmente estabelecidos.

c) Informações para definição de métodos construtivos e organização da obra

As informações constantes no projeto básico permitem o estudo e a definição dos métodos construtivos mais adequados à demolição da arquibancada, bem como das instalações provisórias, do canteiro de obras e das condições organizacionais necessárias para a execução dos serviços. O escopo técnico foi estruturado de forma a garantir segurança, eficiência e clareza, sem restringir o caráter competitivo do certame licitatório.

d) Subsídios para o plano de licitação e gestão da obra

O conjunto de dados técnicos disponibilizados no projeto básico fornece subsídios suficientes para a elaboração do plano de licitação e para a adequada gestão da obra, incluindo a programação dos serviços, a estimativa de prazos, a definição da



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA

Litoral Norte do Estado de São Paulo

Capital do surfe

estratégia de suprimentos, os critérios de fiscalização e o acompanhamento técnico da execução. Dessa forma, assegura-se transparência, controle e eficiência na contratação e na condução da obra pública.

Ubatuba, 27 de abril de 2026.

ERALDO CARLOS TENÓRIO TODÃO
Secretário Municipal de Obras Públicas
Gestor do Contrato

PABLO KAENO SOUZA
Chefe da Seção de Gerenciamento de Obras
e Suprimentos
Fiscal do Contrato